

Manual de Modelos e Instrumentos Financeiros

A APOSTA NO
VALOR EMPRESARIAL

Este Estudo foi realizado por Jaime Quesado, Economista e Gestor especialista em Inovação e Competitividade para a AIMMP – Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal no contexto do projeto **Qualify Wood & Furniture**.

O projeto **Qualify Wood & Furniture** consiste num conjunto de ações que contribuem para a qualificação das indústrias da fileira da madeira e mobiliário ao nível da inovação organizacional e financeira, adequação dos recursos humanos, diferenciação e credibilização de produtos e serviços por via da certificação. O projeto visa aumentar a competitividade das PME e a atratividade e imagem geral do setor.



Cofinanciado:





01


A Gestão do
Financiamento no
Valor Empresarial

02

As Várias
Estratégias de
Financiamento

03

Guião Operacional
de Instrumentos
de Financiamento



“O conhecimento e a informação
são os recursos estratégicos
para o desenvolvimento de
qualquer negócio.”

- Peter Drucker

O Financiamento e o Valor Empresarial

Fatores que influenciam o Financiamento

Sustentabilidade

- O Efeito ECO
- A Marca Green nos Produtos Financeiros
- Exemplo de Boas Práticas no Financiamento da Economia Circular

Qualidade

- Qualidade Produto
- Qualidade Serviço
- Qualidade Relação

Confiança

- Ecossistema de Trust
- Novas plataformas de relação e transação
- O *matchmaking* como elemento central
- A qualidade da informação

Inovação

- Inovação Produto
- Inovação Serviço
- Boa Prática
- Demonstração

Eficiência

- Desmaterialização
- Simplificação
- Integração
- Dados e tecnologia

Conceito

Este **Manual de Modelos e Instrumentos Financeiros** pretende dar um contributo prático para a tomada de decisão empresarial quanto às fontes de financiamento mais adequadas para as diferentes necessidades em curso – financiamento da atividade corrente, de investimentos necessários para a melhoria operacional e o seu crescimento – ao nível da empresa.

Atendendo a que a informação sobre esta matéria é muita e dispersa e tendo em atenção o perfil de PME's que integram esta fileira, o foco centra-se numa abordagem simples e prática, que explicita e demonstre o racional das opções a tomar em função das decisões que se colocam em cada momento.

No primeiro ponto deste manual, procede-se a uma análise do contributo do financiamento para o valor da empresa e da necessidade de fazer a sua gestão de forma estruturada e permanente, de forma a acautelar o impacto de fatores externos e alterações em termos de mercados e outras variáveis.

No segundo ponto deste manual procede-se a uma explicitação das novas formas de financiamento empresarial e da sua relação com as diferentes necessidades das empresas, ao nível da sua atividade operacional e da sua maturidade de crescimento. A empresa deve encarar o financiamento sempre como um instrumento de criação de valor para o futuro.

No terceiro ponto deste manual procede-se a uma apresentação simples e prática do que são os instrumentos mais adequados para as diferentes opções de financiamento de PME's integrantes desta fileira.

Convém destacar que a preocupação neste ponto se prende sobretudo com uma certa pedagogia junto do empresário e gestor quanto à melhor forma de analisar os diferentes instrumentos disponíveis e de poder construir soluções de financiamento adequadas à sua realidade, com o menor custo possível e o contributo para a maior rentabilidade dos seus negócios.

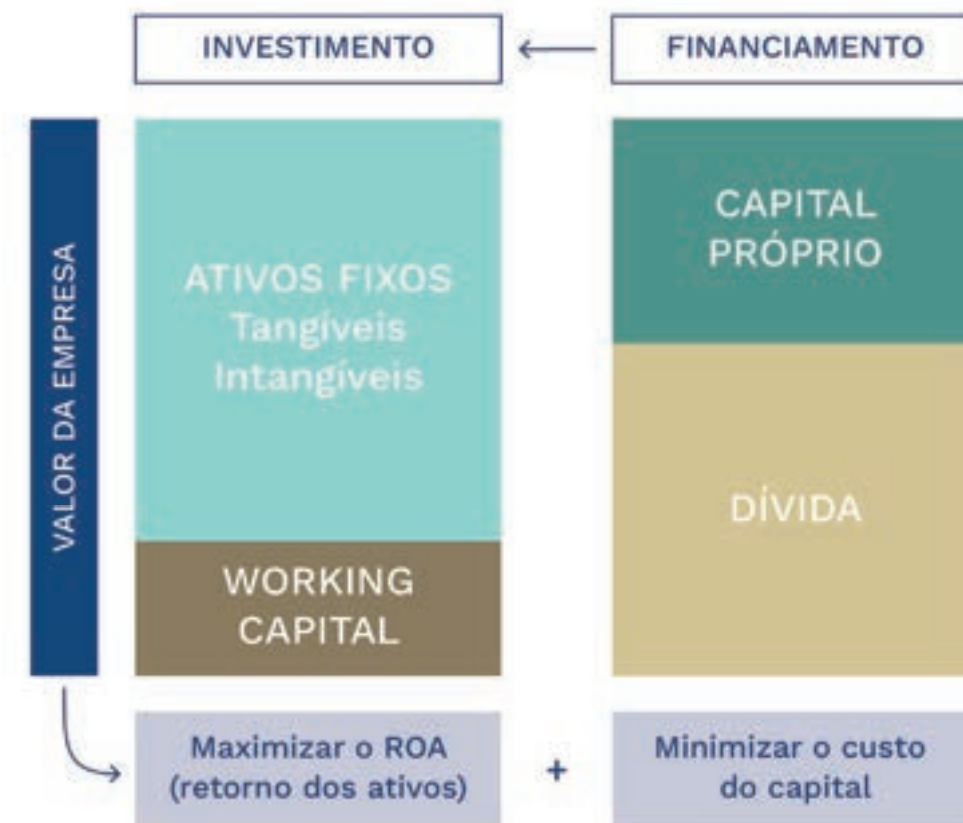


01

A Gestão do Financiamento no Valor Empresarial

Contexto

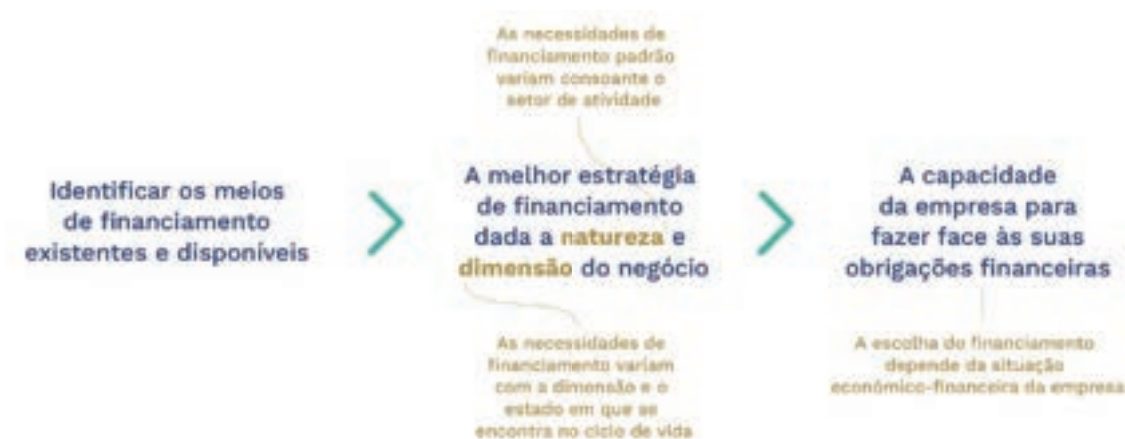
O objetivo da gestão financeira na empresa passa pela maximização do seu valor, num compromisso inteligente entre a maximização do retorno dos ativos e a minimização do custo do capital que financia esses ativos.



O financiamento da empresa é determinado pelo montante de capital necessário para fazer face às despesas de arranque / expansão / manutenção (activos fixos) e funcionamento corrente da sua atividade.

O acesso ao financiamento é, por isso, um dos fatores determinantes para assegurar a competitividade e sobrevivência das empresas e, portanto, uma dimensão relevante para a competitividade de qualquer economia.

Todas as empresas têm necessidades de financiar os seus ativos. A diferença coloca-se sobre a escolha / combinação que se faz entre capitais próprios e dívida.



O empresário deve preocupar-se não só em financiar-se mas também em conseguir a estrutura de financiamento que melhor se adequa à sua realidade.

A seleção do tipo de financiamento revela-se cada vez mais importante para a gestão empresarial, sendo de destacar que os diferentes tipos de financiamento têm diferentes características bem como diferentes exigências para as empresas.

Importante ter em conta as exigências de informação, regimes de amortização e reembolso, garantias e outras condições contratuais, preço (all-in-cost), maturidades, montantes máximos e mínimos e outros fatores considerados relevantes para a decisão a tomar.

O Ciclo Operacional do Financiamento Empresarial

Planeamento

A empresa deverá fazer um adequado planeamento das suas necessidades de financiamento, quer ao nível da dimensão operacional, quer da dimensão de investimento.

Análise

Em função do plano de necessidades que a empresa definiu, a empresa deverá estruturar a sua carteira de financiamentos, para a devida análise

Seleção

A seleção dos instrumentos de financiamento deverá ser feita em função do seu custo e do retorno que possa gerar para a empresa.

Execução

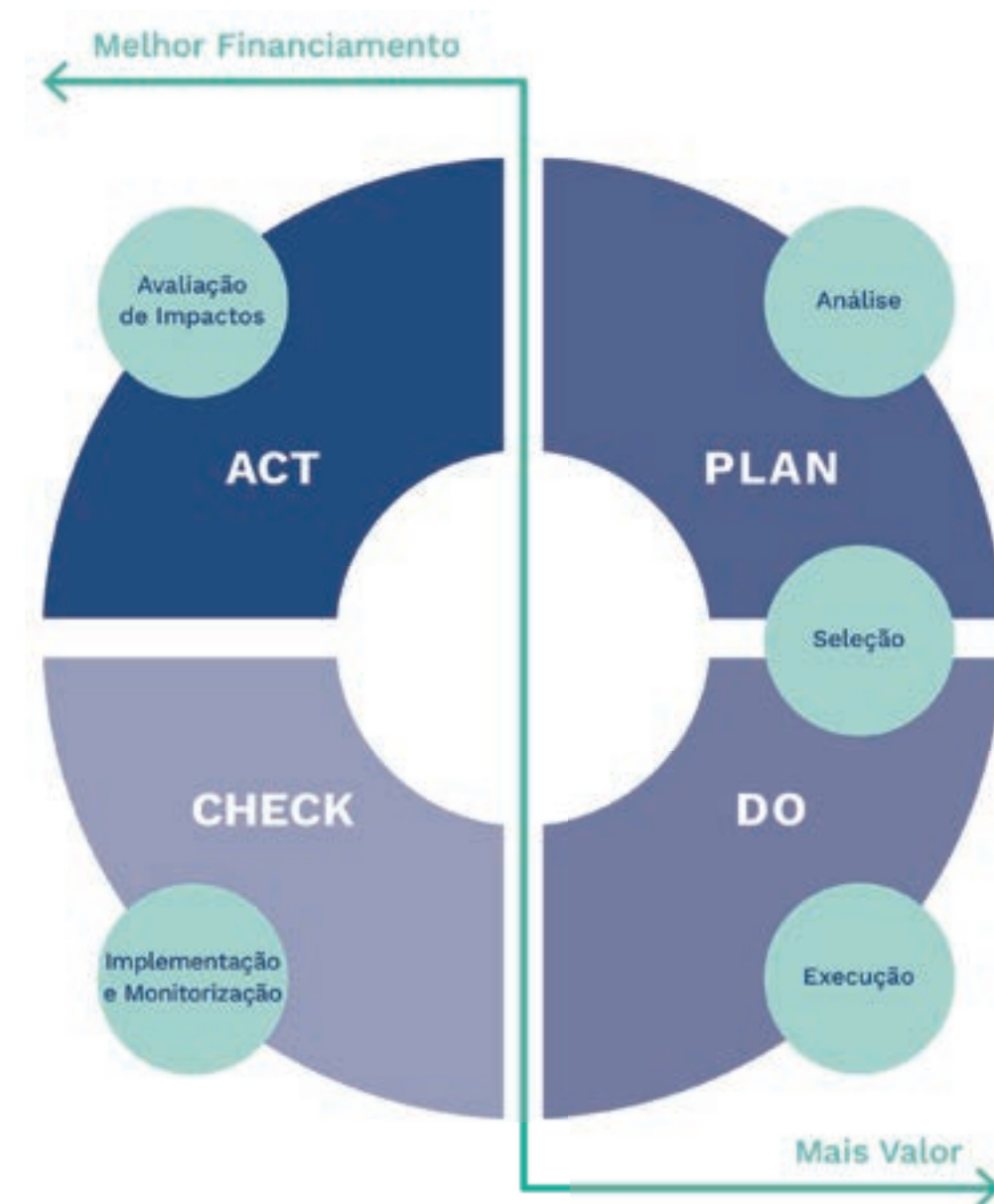
A empresa deverá procurar assegurar a ligação entre o modelo de financiamento e a execução da atividade do investimento.

Avaliação

A avaliação da qualidade e impacto da solução escolhida permitirá reforçar o nível de confiança para o futuro.

Melhor Financiamento para Mais Valor Empresarial

A forma como a gestão da empresa procede à seleção do financiamento tendo em vista a aposta no valor para o futuro passa por todo um processo que implica uma noção clara das opções a tomar e da garantia de uma verdadeira parceria estratégica com financiadores, em articulação com os restantes *stakeholders* relevantes.



Este **Modelo PDCA** procura uma forma muito prática estruturar a sequência que deve ser feita na definição da melhor forma de financiamento em termos gerais (para cada caso, haverá depois um processo específico de análise a considerar):

PLAN

O gestor empresarial tem que ter claro o seu plano de gestão operacional (em função dos diferentes negócios e dos custos associados) e quando e de que forma está a pensar realizar os investimentos necessários. Apesar da gestão de tesouraria e de apoio ao financiamento serem diferentes, tem que haver a preocupação em fazer a sua articulação de forma organizada;

DO

Depois da necessária análise das melhores soluções a tomar – em termos dos instrumentos de financiamento disponíveis e das características que têm – a gestão da empresa tem que executar uma estratégia clara de utilização do financiamento nos termos definidos. Este aspeto é crucial – a execução tem que ser bem delineada e implementada para garantir a sua boa utilização;

CHECK

De forma a que se possa ter a garantia de que o financiamento vai contribuir para a desejada melhoria de performance e crescimento da empresa, a monitorização – através de metodologias internas adequadas – deverá fazer parte da rotina da gestão empresarial.

ACT

Finalmente, será necessário proceder a uma avaliação adequada dos impactos do financiamento em termos e criação de valor para a empresa. A gestão empresarial deve fazer do valor sustentado um dos seus focos de atuação e a boa utilização dos instrumentos financeiros será muito importante neste contexto.

A utilização deste **Modelo PDCA** – através de um adequado planeamento interno – permitirá à gestão empresarial controlar a boa utilização dos financiamentos e desta forma salvaguardar os objetivos de valor pretendidos para os negócios da empresa.

O Contexto do Financiamento

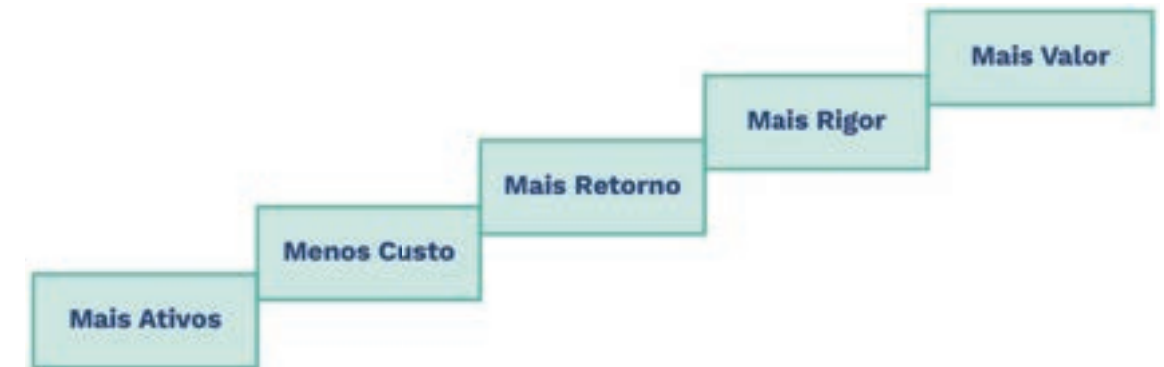
(CP) Capitais Próprios

Esta forma de financiamento, com prazo ilimitado, implica sempre uma análise cuidada ao nível dos dividendos, em termos fiscais e de implicações ao nível da tesouraria.

(CA) Capitais Alheios

Esta forma de financiamento, com prazo limitado, implica uma análise muito rigorosa das melhores opções em termos de custo e de impacto na rentabilidade.


Uma Agenda de Consolidação de Valor Empresarial



Linhas de Ação

A gestão do financiamento tem um papel cada vez mais importante ao nível da criação de valor sustentado dentro da empresa. Importa por isso – como vimos neste primeiro ponto – proceder a uma análise adequada do tipo de financiamento que se ajusta mais à realidade e necessidades da empresa.

Iremos ver nos próximos pontos – tendo em atenção o perfil das PME's que integram esta fileira – quais os instrumentos de financiamento mais adequados para o apoio à atividade corrente e ao investimento a realizar pela gestão empresarial.



02

As Várias
Estratégias de
Financiamento

Conceito

A evolução acelerada registada ao nível das diferentes formas de financiamento empresarial torna cada vez mais importante uma seleção dos instrumentos mais adequados.

Atento o perfil de PME's que integram esta fileira e as necessidades que estas têm em termos de financiamento corrente e do investimento, procura-se neste Manual dar nota dos instrumentos que face ao contexto estratégico económico atual fazem mais sentido para as empresas.

Nesse sentido, são quatro as linhas estratégicas de financiamento que irão ser abordadas, procurando abarcar de forma prática as diferentes necessidades com que as PME's da fileira são confrontadas.

Do crédito bancário aos fundos comunitários, passando pelo capital de risco e pelas garantias financeiras, são cobertas as várias formas que se colocam à disposição dos gestores das empresas para poderem dar sequências às suas necessidades de financiamento da atividade corrente e das estratégias de investimento.

As Variáveis do Financiamento Empresarial

- 1. Ecosistema Empresarial**
 - Investidores públicos e privados
 - Redes de Parceiros
 - Outros
- 2. Cadeia de Valor**
 - Procurement
 - Festão Operacional
 - Gestão Comercial e Clientes
- 3. Inovação**
 - Inovação Estratégica
 - Inovação Operacional
 - Inovação Mercado
- 4. Grau de Controlo**
 - Estratégico
 - Financeiro
 - Operacional
- 5. Maturidade Empresarial**
 - Integração na Fileira
 - Consolidação de Redes
 - Estrutura Financeira
 - Estabilidade na Gestão
- 6. Ciclo de Mercados**
 - Maduros
 - Em transição
 - Novos
- 7. Gestão de Ativos**
 - Ativos Estratégicos
 - Ativos Operacionais
 - Ativos Corpóreos
 - Ativos Incorpóreos
- 8. Prospetiva**
 - Negócio
 - Valor
 - Rentabilidade

Linhas Estratégicas de Financiamento

A.

O tradicional Crédito Bancário – com os seus vários instrumentos – continua a ser central para as empresas.

B

O Capital de Risco tem evoluído com novas formas de abordagem junto das empresas.

C

As Garantias Financeiras – nas suas diferentes dimensões – reforçam a capacidade das empresas.

D

Os Fundos Comunitários deverão ser usados como um fator de alavancagem estratégica para a empresa.



Conceito

As várias formas de financiamento empresarial apresentadas aqui vão de encontro ao conjunto de expectativas e necessidades apresentadas pelas empresas da fileira. Neste segundo capítulo procede-se a uma sinalização prática de cada um dos instrumentos e das principais regras e vantagens associadas à sua utilização.

Conforme referido anteriormente, torna-se muito importante para o gestor empresarial poder ter uma visão muito prática e clara das soluções de financiamento mais adequadas para as suas diferentes necessidades, num contexto de otimização de custos e de maximização dos impactos conseguidos.

As Várias Formas de Financiamento Empresarial

(CB) **Crédito Bancário**

A Banda dispõe cada vez mais de instrumentos que vão de encontro às expectativas que se colocam às empresas.

(CR) **Capital de Risco**

O Capital de Risco representa uma solução interessante para empresas com projetos de crescimento do seu negócio e atividade.

(GM) **Garantias Financeiras**

As garantias financeiras permitem às empresas um reforço em termos de gestão do risco do financeiro.

(FC) **Fundos Comunitários**

Os Fundos Comunitários deverão ser utilizados no financiamento de investimentos estratégicos para a empresa.

Conceito

As 4 dimensões de financiamento abordadas neste manual para as PMEs da fileira da madeira e do mobiliário integram um conjunto de instrumentos muito práticos, que podem e devem ser usados de acordo com as necessidades que se coloquem às empresas.

Quer ao nível do financiamento da atividade corrente, quer ao nível do financiamento do investimento, as variáveis de decisão na opção a tomar implicam sempre uma análise cuidada e ponderada, de forma a minimizar o custo e assegurar impactos positivos em termos de rentabilidade.

As Várias Formas de Financiamento Empresarial

(CB) Crédito Bancário

A Banda dispõe cada vez mais de instrumentos que vão de encontro às expectativas que se colocam às empresas.

Apoio à tesouraria

- Contas Negócios
- Contas Advance
- Confirming,
- Gestão de Tesouraria Flexível
- Factoring

Apoio ao Investimento

- Soluções de médio / longo prazo
- Leasings
- Linhas Especiais de Crédito para Empresas

(CR) Capital de Risco

O Capital de Risco representa uma solução interessante para empresas com projetos de crescimento do seu negócio e atividade.

Os principais instrumentos do Capital de Risco passam pelos Business Angels, Sociedades de Capital de Risco, Fundos de Capital de Risco e Fundos de Reestruturação e Internacionalização Empresarial, todos com um foco claro no reposicionamento estratégico da atividade da empresa.

(GM) Garantias Financeiras

As garantias financeiras permitem às empresas um reforço em termos de gestão do risco do financeiro.

As Garantias Bancárias e a Garantia Mútua correspondem à forma mais tradicional colocada à disposição das empresas. De referenciar, noutro contexto de gestão financeira, a importância da cobertura de risco da taxa de juro, cobertura de risco cambial e os seguros de crédito.

(FC) Fundos Comunitários

Os Fundos Comunitários deverão ser utilizados no financiamento de investimentos estratégicos para a empresa.

Em termos de Fundos Comunitários, dado o período de transição no atual quadro – o Portugal 2030 ainda está em fase de aprovação – o foco estará ao nível das linhas adequadas no PRR com impacto em termos das grandes opções que se colocam às empresas.

O Valor a partir do Financiamento Empresarial

- Um processo integrado e participado.
- O Foco na Monitorização Operacional
- A importância da dimensão estratégica





03

Guião Operacional de Instrumentos de Financiamento

Conceito

Neste capítulo iremos apresentar de forma prática cada um dos instrumentos financeiros referidos, evidenciando de que forma podem ser adequados às necessidades de financiamento suscitadas pelas empresas no seu funcionamento e em termos de investimento.

Naturalmente que as opções concretas que se colocam ao nível da oferta de mercado (banca, capitais de risco, financiamento comunitário, etc.) terão as suas próprias especificidades de tratamento, mas há um racional em termos de abordagem que se procura integrar neste guia operacional.

As Várias Formas de Financiamento Empresarial

(CB) Crédito Bancário

A Banda dispõe cada vez mais de instrumentos que vão de encontro às expectativas que se colocam às empresas.

Apoio à tesouraria

- Contas Negócios
- Contas Advance
- Confirming,
- Gestão de Tesouraria Flexível
- Factoring

Apoio ao Investimento

- Soluções de médio / longo prazo
- Leasings
- Linhas Especiais de Crédito para Empresas

Crédito Bancário Contexto

O Crédito Bancário implica na relação com a empresa um contexto de questões administrativas (risco e garantias), financeiras (solidez financeira) e operacionais (qualidade e controlo), que se revelam determinantes ao nível da confiança entre as duas partes. De referir que cada Insituição Bancária faz a sua própria gestão deste processo, com condições naturalmente específicas e que variam de caso para caso.



Crédito Bancário Conceito

Custo - Juros & Outros

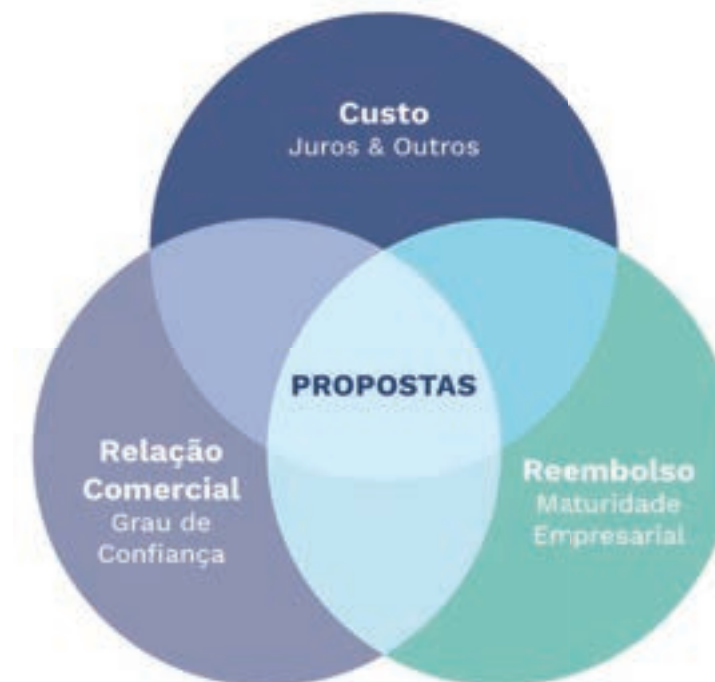
A taxa de juro associada ao Crédito Bancário é um fator central na decisão a tomar, mas deverão ser considerados outros custos – comissões, entre outros.

Reembolso – Maturidade Empresarial

Dependendo se se trata de financiamento de curto prazo ou médio / longo prazo, a questão da maturidade do empréstimo e do seu reembolso torna-se relevante.

Relação Comercial – Grau de Confiança

A qualidade e estabilidade na relação comercial entre as duas partes e a evolução do respetivo grau de confiança será determinante para o sucesso destas operações.



Crédito Bancário

Impactos

Rentabilidade

A empresa deverá assegurar que o financiamento deverá ter os impactos esperados em termos dos objetivos de negócio propostos e das perspetivas de valor associadas;

Monitorização

A empresa deverá assegurar, em articulação com a instituição bancária, uma adequada monitorização do financiamento de forma a assegurar os impactos esperados;

Organização

A empresa deverá garantir que os seus mecanismos de organização interna são os mais adequados para a devida gestão e otimização dos impactos associados ao crédito bancário.



Crédito Bancário

Financiamento à Tesouraria

O financiamento da atividade corrente da empresa e dos seus negócios é umas das primeiras prioridades da gestão. De forma a assegurar a adequada gestão da cadeia de valor – em termos de procurement, área de produção e toda a ligação aos mercados – a empresa tem que garantir que a solução de crédito bancário selecionada é a que melhor se adequa às suas necessidades.

Do ponto de vista de instrumentos de apoio à tesouraria, são cada vez mais as soluções que a banca tem à disposição das empresas, variando muito de acordo com o perfil da empresa e a qualidade e dimensão do seu negócio. No contexto da adequada gestão do custo do financiamento (juros e outros custos associados) e da sua maturidade temporal, torna-se importante proceder a uma adequada monitorização das opções feitas e dos impactos que têm em termos de rentabilidade.

Contas Negócios

A maior parte das instituições bancárias disponibiliza junto da empresa contas corrente centradas no apoio direto ao funcionamento da atividade corrente da empresa e muito associadas aos ciclos de gestão dos seus negócios. Esta modalidade de financiamento terá que ser bem analisada em termos do seu custo total – juros, comissões e outros custos – e a sua otimização para a empresa decorre muito da qualidade da gestão realizada da tesouraria associada à cadeia de valor do negócio – pagamentos a fornecedores, recebimento de clientes – nas suas diferentes dimensões. Uma empresa que consegue gerir com eficiência estes fluxos terá mais facilidade na contratualização junto da banca de condições mais adequadas.

No contexto das contas negócios para as empresas, a banca tem vindo a desenvolver soluções inovadoras que permitem uma monitorização mais adequada do ciclo de financiamento. É o caso das CONTAS ADVANCE, que permitem a devida gestão em termos de adiantamento de tesouraria e sua indexação ao cumprimento do plano de negócios estabelecido – esta

solução tem a grande vantagem de ser um instrumento de controlo por parte da gestão da empresa dos tempos médios operacionais (pagamento a fornecedores, recebimento de clientes, stockagem de matérias primas e de produtos) e da sua otimização em termos da cadeia de valor.

Também ainda em termos de financiamento corrente, destaque também para a modalidade muito em voga da gestão flexível de tesouraria, muito focada nos serviços de gestão e antecipação de pagamento a fornecedores, com uma conta corrente associada. Trata-se dum instrumento muito útil – ainda para mais neste período económico que estamos a viver – e que permite à empresa estabilizar o seu nível de confiança e qualidade com os seus fornecedores, aspeto particularmente relevante em termos da optimização da cadeia de valor e de garantir que as matérias primas e outros materiais críticos para o processo produtivo não sofrem quebras e serão devidamente assegurados.

Factoring

O Factoring é uma operação financeira que consiste na tomada de créditos a curto prazo por uma instituição financeira (factor), que os fornecedores de bens e serviços (aderentes), constituem sobre os seus clientes (devedores), permitindo às empresas obter uma antecipação dos recebimentos dos seus clientes – pode também envolver como intermediário do processo uma empresa de factoring, especializada em cobranças.

O factoring, que tem sido muito utilizado pelas empresas na gestão da sua relação com o cliente, implica naturalmente uma gestão adequada do processo e dos custos financeiros associados, tem algumas vantagens operacionais – diminuir o desfasamento entre o prazo médio de recebimento e o prazo médio de pagamento, resolver problemas de liquidez imediata e tesouraria, obtenção de fundo de maneio numa empresa em fase de crescimento e diminuir as dificuldades de tesouraria nas empresas sazonais.

Esta solução financeira de curto prazo implica por parte da empresa a necessidade de um controlo muito adequado da sua carteira de recebimentos e uma relação de confiança entre todas as partes envolvidas, com particular destaque para o cliente. Podemos em certa medida dizer que uma boa gestão do Factoring é um forte incentivo para que a empresa se concentre numa boa gestão da sua cadeia de valor, com particular destaque para o relacionamento com os seus clientes.

Confirming

O Confirming é uma operação financeira que possibilita antecipar aos fornecedores os devidos recursos financeiros associados á compra de bens e serviços, sem a necessidade de adesão a qualquer tipo de crédito junto da instituição financeira. O Confirming permite assim que o processo de pagamento aos fornecedores possa ser feito de acordo com as expectativas do fornecimento dos bens e serviços, reforçando a dimensão de confiança e estabilidade entre as partes envolvidas.

O Confirming tem várias vantagens, quer para as empresas (redução de custos administrativos do processo, melhoria de controlo dos pagamentos, maior capacidade de negociação em matéria de aquisição de bens e serviços), quer para os próprios fornecedores (acesso automático e mais simples a financiamento sem grandes tramitações administrativas, estabilidade e qualidade da antecipação financeira, gestão flexível dos adiantamentos de acordo com as necessidades e maior controlo operacional do processo).

A boa gestão da cadeia de valor através duma boa gestão do financiamento de curto prazo revela-se desta forma cada vez mais relevante para a empresa, permitindo aumentar o nível de previsibilidade em todo o processo e reforçar a qualidade de engagement dos diferentes intervenientes num contexto de parceria e confiança.

Crédito Bancário

Financiamento ao Investimento

Quando as empresas decidem realizar investimentos na capacidade operacional – que passam pela aquisição de equipamentos, meios de apoio e outros ativos relevantes – a boa gestão do ciclo de financiamento associado à maturidade do investimento e a adequada gestão dos custos associados torna-se determinante. Como veremos mais à frente, o papel dos fundos comunitários ganhou aqui um peso fundamental – são muito poucos os investimentos realizados nos últimos anos que não sejam contemplados por fundos comunitários – mas mesmo nesta matéria a relação com a banca se torna crítica.

Soluções de Médio e Longo Prazo

A Banca tem desenvolvido nos últimos anos soluções de financiamento direcionadas para o apoio a investimentos com duração temporal de médio e longo prazo, em que a gestão do risco se assume como um fator crítico de sucesso. Independentemente do papel que as garantias e outros mecanismos associados possam ter em termos de qualificação do financiamento obtido – cujo perfil e respetivas condições varia muito de banco para banco – o certo é que a adequada monitorização do grau de realização do investimento e da sua adequação aos prazos acordados em termos de contrato de financiamento se torna essencial. A evolução operacional corrente da empresa e a sua gestão de tesouraria não pode ser dissociada da gestão específica do investimento e do seu financiamento – até pelos impactos que tem – mas deverá ser autonomizada em termos de monitorização e acompanhamento.

Linhas de Crédito Especiais

Em articulação com o grande desenvolvimento que se registou nos últimos anos na área dos incentivos às empresas dos fundos comunitários, a maior parte dos bancos tem desenvolvido linhas de crédito especiais – em alguns casos indexadas aos próprios contratos de incentivos realizados – que permitem fazer uma gestão mais adequada do ciclo de execução do investimento e do seu financiamento. A questão do custo destas linhas especiais e dos mecanismos para a sua adequada execução torna-se crítica em termos da decisão a tomar na sua seleção, mas a prática recente tem demonstrado que se tornam em muitos casos necessárias para permitir que os fluxos de execução operacional e financeira dos investimentos não sejam prejudicados com as questões processuais próprias da gestão dos fundos comunitários;

Leasing

O Leasing é um instrumento de financiamento de médio e longo prazo para investimentos em bens móveis – equipamentos, viaturas – ou imóveis – diferentes tipos de edifícios. A relação contratual entre o locador e o locatário apoia-se em prestações de amortização, findo o prazo o locatário através do pagamento de um valor residual fica com a posse do bem. Esta solução de financiamento tem-se revelado muito útil para a gestão dos investimentos realizados pela empresa, com algumas vantagens práticas – fácil acesso, simplicidade na tramitação processual, rapidez de entrega do bem e do respetivo pagamento e flexibilidade no processo de gestão dos reembolsos e sua adaptação. Também nesta área o nível de inovação registado tem sido muito grande e são cada vez mais completas as soluções colocadas à disposição das empresas.

As Várias Formas de Financiamento Empresarial

(CR) Capital de Risco

O Capital de Risco representa uma solução interessante para empresas com projetos de crescimento do seu negócio e atividade.

Os principais instrumentos do Capital de Risco passam pelos Business Angels, Sociedades de Capital de Risco, Fundos de Capital de Risco e Fundos de Reestruturação e Internacionalização Empresarial, todos com um foco claro no reposicionamento estratégico da atividade da empresa.

Capital de Risco Contexto

O Capital de Risco tem o objetivo de financiar empresas de forma a apoiar o seu nascimento, crescimento e consolidação, com impactos ao nível da sua gestão. Quando as empresas se confrontam com necessidades de capital e o projeto – seja de uma empresa nova ou de uma já madura – apresenta elevado potencial, o capital de risco assume-se como uma forma de financiamento muito interessante.



Capital de Risco Conceito

Capital

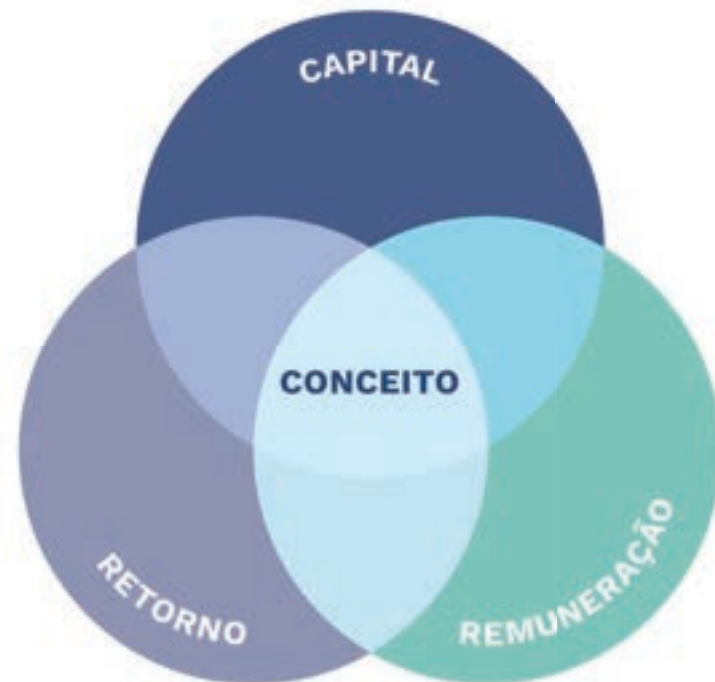
O investimento está associado a índices de risco elevado e é realizado no capital social ou em outros ativos patrimoniais de empresas com potencial de crescimento elevado.

Remuneração

Os fatores de crescimento ligados a estas empresas assentam na inovação e na internacionalização que serão a base da remuneração para os investidores.

Retorno

Os investimentos de capital de risco têm um ciclo operacional que está ligado à dimensão de retorno gerado pelo fator crescimento dos negócios da empresa.



Capital de Risco Impactos

Rentabilidade

A empresa deverá assegurar que o financiamento deverá ter os impactos esperados em termos dos objetivos de negócio propostos e das perspetivas de valor associadas.

Monitorização

A empresa deverá assegurar, em articulação com os investidores, uma adequada monitorização do financiamento, de forma a assegurar os impactos esperados.

Organização

A empresa deverá garantir que os seus mecanismos de organização interna são os mais adequados para a devida gestão e otimização dos impactos associados ao investimento realizado.



Capital de Risco

Modalidades de Intervenção

A utilização do Capital de Risco como solução de financiamento para o crescimento e consolidação empresariais tem tido nos últimos anos uma evolução muito positiva, reforçando o nível de confiança da gestão da empresa no seu ciclo de evolução futura. Como noutras áreas já referidas, também aqui o fator inovação se tem revelado muito importante para o aumento da oferta de soluções, das quais destacamos aqui algumas que passaram a ter uma crescente aceitação no mercado.

Business Angels

O Business Angel (BA) é um investidor particular que investe o seu próprio capital – de forma direta ou através de sociedades onde detém capital – em empresas e projetos empresariais que pela sua qualidade e potencial suscitam uma elevada expectativa de resultado. Sendo financeiramente independente, este tipo de apoio – muito centrado numa lógica de rentabilidade futura – tem associada uma importante dimensão de suporte estratégico, que se pode revelar crítica para o sucesso do projeto e a sua estabilização no mercado. Esta parceria estratégica estabelecida entre o investidor e a empresa deverá ter por base um contexto de confiança, sendo claro para as partes que a alienação com mais valia da participação do BA será sempre um dado em cima da mesa ao longo do processo.

Sociedades de Capital de Risco

O objetivo das Sociedades de Capital de Risco (SCR) é apoiar e promover o investimento e inovação nas suas diferentes dimensões em negócios com potencial de crescimento e consolidação, num contexto de participação temporária no seu capital social. Para além do efeito participação, as SCR podem prestar às empresas participadas serviços de apoio na gestão financeira e operacional, bem como a realização de estudos e análises que se revelem importantes para o seu desenvolvimento. Quer ao nível público

(Portugal Ventures), quer ao nível privado (vários operadores no mercado), a perspetiva de intervenção tem sido sempre minoritária, poderá (ou não) passar pela participação executiva na gestão e no final deste período existe a expectativa da geração de uma mais valia como remuneração da participação realizada.

Fundos de Capital de Risco

Os Fundos de Capital de Risco (FCR) são fundos de investimento mobiliário. Compostos por ações, obrigações e quotas de capital, não cotadas em mercados bolsistas. Trata-se de fundos fechados e o montante de capital a investir tem que ficar estipulado nos respetivos documentos constitutivos. Apenas as SCR podem gerir e administrar os FCR, sendo que quando aplicável, esta gestão poderá competir igualmente a outras entidades – instituições bancárias ou sociedades de investimento – agindo na qualidade de gestoras dos mesmos. Esta modalidade de intervenção tem vindo a ganhar importância, em particular em projetos empresariais muito centrados na inovação operacional.

Fundos de Reestruturação e Internacionalização Empresarial

Os Fundos de Reestruturação e Internacionalização Empresarial (FRIE) – são fundos de investimento mobiliário abertos, tendo como alvo empresas que tenham por objetivo proceder ao desenvolvimento de processos de reestruturação ou de internacionalização das suas organizações, atividades ou negócios. Assim o património dos FRIE deverá ser investido na aquisição de participações de capital de sociedades associadas a setores em processo de reestruturação e onde seja necessário proceder a um nível de intervenção estrutural mais profundo e participado.

Como tivemos ocasião de verificar nos vários exemplos de modalidades de intervenção referenciados, o Capital de Risco – como instrumento de financiamento – tem a grande vantagem de ter níveis de agilidade processual que permitem um acompanhamento mais consistente e participado da gestão da empresa nas suas diferentes necessidades operacionais e de crescimento. Face aos crescentes desafios que se colocam à gestão empresarial neste mundo mais incerto e complexo, o Capital de Risco assume assim desafios muito interessantes no contexto desta agenda.

As Várias Formas de Financiamento Empresarial

(GM) Garantias Financeiras

As garantias financeiras permitem às empresas um reforço em termos de gestão do risco do financeiro.

As Garantias Bancárias e a Garantia Mútua correspondem à forma mais tradicional colocada à disposição das empresas. De referenciar, noutro contexto de gestão financeira, a importância da cobertura de risco da taxa de juro, cobertura de risco cambial e os seguros de crédito.

Garantias Financeiras Contexto

As Garantias Financeiras são cada vez mais importantes para a empresa, em termos de qualificar a capacidade de gestão operacional ou realização de um investimento e de aumento do nível de estabilidade e de confiança perante os diferentes atores do ecossistema, com os adequados mecanismos de monitorização e qualidade do processo.



Garantias Financeiras

Conceito

Apoio à atividade

As condições de realização de projetos e atividades pela empresa exigem em muitos casos a existência das devidas garantias financeiras.

Acesso a melhores condições

Ao permitirem à empresa melhores condições financeiras, as garantias reforçam a qualidade e valor das condições de financiamento.

Conforto de Obrigações

As garantias acabam por ter um papel central em termos da melhoria do nível de confiança no acesso ao financiamento.



Garantias Financeiras

Impactos

Rentabilidade

A empresa deverá assegurar que as garantias financeiras acabam por ter o efeito desejado em termos de qualificação do financiamento obtido pela empresa.

Monitorização

A empresa deverá assegurar, em articulação com as instituições financeiras, uma adequada monitorização do grau de cumprimento das garantias financeiras.

Organização

A empresa deverá garantir que os seus mecanismos de organização interna são os mais adequados para a devida gestão e otimização dos impactos associados à devida utilização das garantias financeiras.



Garantias Financeiras

Modalidades de Intervenção

A adequada gestão do risco associado ao financiamento e uma adequada monitorização da sua execução e do cumprimento dos objetivos propostos implica na maior parte dos casos o recurso a instrumentos que sustentem esse devido acompanhamento. As garantias financeiras têm neste contexto a função de assegurar que as entidades financiadoras ficam devidamente salvaguardadas junto das empresas beneficiárias em relação ao nível de risco próprio da operação realizada, reforçando o nível de confiança e estabilidade na relação entre as partes. Destacamos aqui, pela sua pertinência e oportunidade, as Garantias Bancárias e a Garantia Mútua, que têm tido um papel cada vez mais relevante em termos de financiamento empresarial.

Garantias Bancárias

As Garantias Bancárias são instrumentos de crédito através dos quais o banco emitente garante a execução de uma obrigação constituída pelo seu cliente a favor de outros em vários contextos – admissão a concursos, contratos operacionais, entre outros. O facto de existir uma garantia bancária a favor do devedor poderá significar o acesso a melhores condições de financiamento, na medida em que o Banco assegura o bom cumprimento das obrigações da empresa perante terceiros. Muitas vezes as Garantias contêm uma cláusula de pagamento “*on first demand*” – que corresponde a uma garantia autónoma à primeira solicitação, na qual são reforçados os níveis de garantia em termos de pagamento automático se solicitado pelo beneficiário.

As Garantias Bancárias assumem diferentes dimensões – financeiras com carácter de substituição de crédito, financeiras sem carácter de substituição e técnicas – e em termos de prazo da sua maturidade podem ser a termo certo ou com termo certo. Importa neste contexto destacar que as Garantias Bancárias são cada vez mais um instrumento central para as empresas poderem sustentar muitas das suas necessidades de financiamento num contexto de adequada gestão de risco.

Garantia Mútua

A Garantia Mútua é um sistema privado de carácter mutualista de apoio às empresas que se traduz na prestação de garantias financeiras para facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas aos investimentos e ciclo de atividade das empresas. Esta modalidade de financiamento facilita o acesso das empresas ao crédito, ao partilhar o risco com outras entidades financeiras e ajustando as condições de financiamento às necessidades das empresas. As Sociedades de Garantia Mútua podem prestar vários tipos de garantias – garantias a empréstimos, garantias financeiras, garantias técnicas, garantias para incentivos e outras garantias – permitindo desta forma a diminuição do risco de crédito e um maior grau de confiança e estabilidade na relação entre as partes envolvidas.

As Várias Formas de Financiamento Empresarial

(FC) Fundos Comunitários

Os Fundos Comunitários deverão ser utilizados no financiamento de investimentos estratégicos para a empresa.

Em termos de Fundos Comunitários, dado o período de transição no atual quadro – o Portugal 2030 ainda está em fase de aprovação – o foco estará ao nível das linhas adequadas no PRR com impacto em termos das grandes opções que se colocam às empresas.

Fundos Comunitários Contexto

Os Fundos Comunitários são um instrumento cada vez mais importante no apoio ao investimento da empresa, permitindo o reforço da sua estrutura financeira e a melhoria da qualidade da gestão operacional. Os processos administrativos associados aos concursos e respetivas garantias são complexos e implicam níveis de monitorização e controlo de qualidade adequados.



Fundos Comunitários

Conceito

Sustentabilidade e Eficiência de Recursos

A área da Sustentabilidade é cada vez mais importante para uma adequada gestão de recursos da empresa e como fator de valorização estratégica.

Inovação e Capital Humano

A Inovação ao nível de processos e produto e a aposta no capital humano são outras variáveis críticas para a gestão operacional e o crescimento da empresa.

Competitividade e Internacionalização

Com esta nova ordem estratégica global, a competitividade e a presença nos mercados internacionais será a chave para a qualificação das empresas em termos de valor criado.



Fundos Comunitários

Impactos

Rentabilidade

A empresa deverá assegurar que o financiamento deverá ter os impactos esperados em termos dos objetivos de negócio propostos e das perspetivas de valor associadas.

Monitorização

A empresa deverá assegurar, em articulação com as entidades financiadoras, uma adequada monitorização do financiamento, de forma a assegurar os impactos esperados.

Organização

A empresa deverá garantir que os seus mecanismos de organização interna são os mais adequados para a devida gestão e otimização dos impactos associados ao financiamento dos fundos comunitários.



Fundos Comunitários

Apoios às Empresas

As decisões de investimento por parte das empresas têm sempre como fator de decisão associada o tema do seu financiamento e o papel dos fundos comunitários e dos múltiplos incentivos disponíveis ao longo dos sucessivos quadros comunitários tem sido particularmente determinante. O atual Portugal 2020 – através do Programa COMPETE e dos diferentes Programas Operacionais Regionais – tem tido ao longo destes últimos anos um conjunto de incentivos – na inovação produtiva, apoio tecnológico, melhoria das qualificações e competências – que têm sido decisivos para a renovação competitiva das empresas e a melhoria da sua performance num contexto de mercados cada vez mais exigentes e complexos.

O Portugal 2020 encontra-se em fase final de execução e com as diferentes linhas de financiamento já em fase de encerramento para efeitos de aprovação e será substituído pelo novo Portugal 2030 que se encontra ainda em fase de negociação e aprovação final com a Comissão Europeia e só deverá entrar em vigor no final do ano. Nesse sentido, atendendo ao contexto de transição que vivemos à data em sede de quadros comunitários e dado que ainda não está formalmente fechado o novo Portugal 2030, iremos centrar a nossa atenção, do ponto de vista mais prático, no PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA e nas áreas mais associadas às necessidades e desafios que se colocam às empresas.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) — Apoios às Empresas

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um instrumento de caráter especial que foi lançado pela Comissão Europeia junto dos Estados Membros no sentido de apoiar e alavancar o processo de retoma das respetivas sociedades e economias no pós pandemia. Trata-se dum programa inovador no seu modelo de governação, implementação e monitorização e que contempla um conjunto muito alargado de intervenções, com impactos concretos a diferentes níveis. Embora as empresas não tenham centrado a maior parte das linhas de apoio estabelecidas, há um conjunto de áreas estratégicas previstas para o seu contexto que referenciamos aqui pela oportunidade que representam em matéria de agenda competitiva para o futuro.

As 3 áreas aqui destacadas – Capitalização e Inovação Empresarial, Descarbonização da Indústria e Empresas 4.0 – correspondem às prioridades centrais que se colocam hoje à modernização estratégica do nosso tecido empresarial – inovação, sustentabilidade e área digital – e que deverão ser aproveitadas pelas empresas para sustentar maiores níveis de competitividade estratégica em mercados cada vez mais exigentes. Estando o PRR em fase de início de execução, será sem dúvida esta uma janela de oportunidade que deverá ser aproveitada pelas empresas para reforçar a sua capacidade operacional.

PRR – Financiamento às Empresas

(CI) Capitalização e Inovação

Instrumentos que facilitam e aceleram os processos de capitalização e inovação empresarial.

(DI) Descarbonização da Indústria

Instrumentos que facilitam e aceleram o processo de reforço sustentável nas empresas e várias dimensões.

(DE) Digitalização Empresarial

Instrumentos que facilitam e aceleram os investimentos na área digital nas empresas.

PRR – Financiamento às Empresas

(CI) Capitalização e Inovação

Instrumentos que facilitam e aceleram os processos de capitalização e inovação empresarial.

Objetivo

Aumentar a competitividade e a resiliência da economia com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva. Capitalizar empresas economicamente viáveis anteriormente à eclosão da recessão económica, originada pela pandemia e incentivar o investimento produtivo em áreas de interesse estratégico nacional e europeu.

Componente 5. Capitalização e Inovação Empresarial



C5. CAPITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL

ALIMENTAR A COMPETITIVIDADE E A RESILIÊNCIA DA ECONOMIA PORTUGUESA COM BASE EM I&D, INOVAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

REFORMAS

- Promoção da I&D e do investimento inovador nas empresas
- Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento
- Alargamento e Consolidação da Rede de Instituições de Interface
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria
- Desenvolvimento do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não financeiras

INVESTIMENTOS

• Agendas/Alanças mobilizadoras para a Inovação Empresarial	550 M€
• Agendas/Alanças verdes para a Inovação Empresarial	372 M€
• Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo	186 M€
• Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	83 M€
• Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	125 M€
• Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	30 M€
• Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento (empréstimo)	1.550 M€

2 914 M€*

* Possibilidade de recurso adicional a empréstimos no valor até 2.300 M€ a abicar à Capitalização de Empresas e Agendas/Alanças Mobilizadoras.

Promoção da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) e do investimento inovador nas empresas

Pretende-se aumentar o peso da indústria transformadora na estrutura económica nacional, reforçando simultaneamente a aposta na I&D e no sistema de inovação, de forma a mitigar alguns dos constrangimentos que ainda persistem e que nos impedem de produzir, em larga escala, bens e serviços tecnologicamente avançados e de progredir na cadeia de valor, nomeadamente a débil cooperação entre as partes do sistema e a capacidade insuficiente de geração de valor a partir do potencial científico e tecnológico existente. A aposta na reindustrialização deve ter por base um modelo de produção e de consumo sustentável, digital e qualificado, assente numa utilização menos intensiva de recursos, nomeadamente energéticos.

Para isso, e atendendo ao perfil do tecido produtivo português (onde predominam empresas de pequena dimensão, com baixas competências de gestão, insuficientemente capitalizadas) e da economia portuguesa (pequena economia aberta), é fundamental acelerar o processo de inovação e a progressão nas cadeias de valor através da promoção de estratégias de clusterização e de dinâmicas de inovação colaborativa, investindo, ao mesmo tempo, na capacitação e no fortalecimento do sistema de I&D, crucial no desenvolvimento de investigação aplicada e no apoio à inovação empresarial, como se viu, aliás, na resposta de Portugal à COVID-19.

Com a presente reforma pretende-se garantir a convergência de Portugal com a Europa até 2030, através do aumento da competitividade da economia portuguesa, baseada na investigação, desenvolvimento e inovação, bem como nas condições de emprego qualificado em Portugal no contexto internacional, juntamente com o aumento do investimento público e privado em atividades de I&D.

Investimentos

Os investimentos que permitirão atingir estes objetivos são seis e ascendem a 1.364 M€, quatro com intervenção no Continente e os outros dois nas Região Autónoma dos Açores, conforme descrito seguidamente.

De forma complementar, Portugal vai utilizar a vertente empréstimos do Instrumento de Recuperação e Resiliência no montante de 1.550 M€ destinados à Capitalização de empresas e resiliência financeira e aumento de capital do Banco Português de Fomento. Os objetivos passam pelo i) financiamento direto a empresas com vista a restabelecer níveis de autonomia financeira, após os efeitos económicos da pandemia, fortemente adversos, terem agravado o problema estrutural de baixa capitalização do tecido empresarial português, ii) financiamento por dívida ou instrumentos de quase-capital, em áreas de relevância estratégica.

Durante o segundo semestre de 2022, aquando da reavaliação do impacto da crise nas diferentes economias, mediante a qual será recalculada a contribuição financeira máxima no quadro do MRR, Portugal reserva-se o poder de decidir utilizar até um máximo de mais 2.300 milhões de euros de empréstimos para reforçar os programas das agendas mobilizadoras e de capitalização das empresas, tendo em conta, por um lado, a dinâmica de absorção dos incentivos à atividade empresarial e, por outro lado, a evolução das finanças públicas.

Com efeito, antecipa-se que a capacidade financeira acrescida proveniente da vertente de empréstimos, prevista no PRR, seja alocada predominantemente aos investimentos “Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento”, “Agendas/Alianças mobilizadoras para a inovação empresarial”, “Agendas/Alianças Verdes para a inovação empresarial”.

Agendas / Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial (558M€)

Desta forma, serão dinamizadas Agendas/ Alianças Mobilizadoras para a inovação empresarial, com realce para a reindustrialização, mediante a definição, apoio e promoção de um conjunto restrito de Agendas em áreas estratégicas inovadoras. Pretende-se acelerar a transformação estrutural da economia portuguesa, melhorando o seu perfil de especialização, através da formação de consórcios sólidos e estruturantes que garantam o desenvolvimento, a diversificação e a especialização de cadeias de valor nacionais, prosseguindo metas objetivas ao nível das exportações, emprego qualificado, investimento em I&D.

Os projetos colaborativos a apoiar devem permitir alavancar:

- O desenvolvimento de novos produtos e serviços de maior valor acrescentado, com vista a aumentar o potencial exportador;
- A contratação de Recursos Humanos qualificados, em associação com o aumento do investimento das empresas em atividades de I&D;
- A captação de IDE, com potencial transformador sobre o tecido produtivo português;
- Uma efetiva transição verde em direção à sustentabilidade ambiental.

A iniciativa será muito focada e seletiva, sendo direcionada para um conjunto muito limitado de áreas de desenvolvimento estratégico com forte potencial de crescimento, numa lógica inspirada das “parcerias para a inovação” do Horizonte 2020. A identificação dos programas estratégicos que serão objeto desta iniciativa resultará de um processo aberto e competitivo de auscultação, suportado pelo envolvimento ativo dos vários potenciais atores, por forma a identificar as reais oportunidades de investimento e capacidades de execução em que poderão participar todas as entidades relevantes dos sistemas científico e tecnológico, empresarial e das agências públicas envolvidas.

As propostas poderão ser promovidas por empresas, instituições de I&D e entidades não empresariais do sistema de investigação e inovação, entidades de âmbito municipal e instituições de ensino superior. Deverão decorrer de um trabalho profundo de reflexão e análise estratégica e deverão promover a intensificação do conhecimento, a sofisticação das competências, a complexificação dos produtos/ serviços, a alavancagem dos negócios através de atividades relacionadas, a territorialização/ encurtamento das cadeias de valor, o acesso a mercados globais.

Em resultado deste processo serão identificadas as áreas temáticas a apoiar, as quais deverão estar alinhadas com as prioridades estratégicas

inteligentes definidas na Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI), e que incluem, por exemplo:

- Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Matérias-primas e Materiais;
- Indústrias e tecnologias de produção;
- Automóvel, Aeronáutica e Espaço;
- Transportes, Mobilidade e Logística;
- Saúde;
- Turismo;
- Indústrias Culturais, Criativas e do Audiovisual;
- Habitat.

As propostas poderão ser promovidas por empresas, instituições de I&D e entidades não empresariais do sistema de investigação e inovação, entidades de âmbito municipal e instituições de ensino superior. Deverão decorrer de um trabalho profundo de reflexão e análise estratégica e deverão promover a intensificação do conhecimento, a sofisticação das competências e a complexificação dos produtos/serviços para a transição ecológica.

Em resultado deste processo serão identificadas as áreas temáticas a apoiar, as quais deverão estar alinhadas com as prioridades estratégicas inteligentes definidas na Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI), e que incluem, por exemplo:

- Energia;
- Agro-alimentar;
- Floresta;
- Economia do Mar;
- Água e Ambiente.

Missão Interface – Renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para o tecido produtivo (186M€)

Não obstante os importantes investimentos já efetuados nos últimos anos, o diagnóstico efetuado identifica a necessidade de continuar a reforçar e capacitar o Sistema de Investigação e Inovação, e, de forma particular, fomentar a sua articulação com a indústria, por forma a assegurar uma eficaz transferência de tecnologia e a valorização económica e social do conhecimento.

Pretende-se alargar e reforçar o novo modelo de financiamento para as instituições de interface baseado na estrutura 1/3 de financiamento base, 1/3 de financiamento competitivo e 1/3 de financiamento proveniente do mercado, segundo a estratégia já adotada no lançamento dos Laboratórios Colaborativos desde 2017, de modo a assegurar estabilidade e previsibilidade que permita às entidades de interface concentrarem-se nas suas atividades principais, nomeadamente de natureza não económica. Este investimento assegurará, numa fase inicial, o 1/3 de financiamento base, que posteriormente será financiado por via de receitas fiscais.

Paralelamente, será feito um investimento no reforço e capacitação da rede de instituições de intermediação tecnológica, apoiando a sua qualificação, a modernização dos equipamentos, a formação técnica dos ativos e a contratação de recursos altamente qualificados. Em casos excecionais e devidamente fundamentados, sobretudo em domínios das Agendas Mobilizadoras insuficientemente abrangidos, poderá ser apoiada a criação de novas infraestruturas.

Capitalização de empresas e resiliência financeira / Banco Português de Fomento (1.550M€)

Com recurso à vertente de empréstimos do Instrumento de Recuperação e Resiliência, pretende-se realizar um aumento do capital do Banco Português de Fomento, de modo a acomodar flutuações de balanço decorrentes da implementação do InvestEU, programa europeu com quatro janelas de investimento, de cariz estratégico, no qual o BPF assumirá o papel de implementing partner.

Em acréscimo, este investimento compreende também a criação de um instrumento de capitalização para combater a grave depauperação de capital próprio no tecido empresarial português, em particular nas pequenas e médias empresas, como resultado da crise económica espoletada pela pandemia.

Neste âmbito, pretende-se proceder, cumprindo as regras aplicáveis em matéria de auxílios de Estado, a uma recapitalização de empresas de cariz estratégico e/ou operacional e financeiramente viáveis previamente à eclosão do surto de SARS-CoV-2.

A recapitalização prevista, realizada maioritariamente através de instrumentos de capital e quase-capital, é direcionada ao aumento da autonomia financeira das empresas, dotando-as da capacidade necessária para, de forma robusta, retomar a sua atividade operacional e, dessa forma, beneficiar da fase de recuperação económica esperada. Ademais, esta medida encara a recapitalização também como catalisadora do investimento produtivo das empresas não-financeiras, incentivando a estreita cooperação entre agentes económicos privados e públicos, nacionais e europeus. Neste domínio, releva-se o estabelecimento de parcerias com o consagrado Grupo Banco Europeu de Investimento (BEI), designadamente para a implementação de programas de investimento estratégico, com alicerce no princípio de atração e envolvimento de operadores privados, alavancando a sua dimensão, abrangência e impacto.

Em suma, esta medida, a par das Agendas/Alianças para a inovação empresarial, tem no seu âmago a resiliência do tecido empresarial português, contribuindo para a sua revitalização e transformação orientada para os desafios económicos e sociais do presente e do futuro, em estreito alinhamento com a filosofia da dupla transição verde e digital.

PRR – Financiamento às Empresas

(DI) Descarbonização da Indústria

Instrumentos que facilitam e aceleram o processo de reforço sustentável nas empresas e várias dimensões.

Objetivo

Esta componente visa a descarbonização do setor industrial e empresarial e a promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC), constituindo um objetivo estratégico central no PRR, no sentido em que contribui para acelerar a transição para uma economia neutra em carbono e, ao mesmo tempo, para promover a competitividade da indústria e das empresas, por via da sua descarbonização, redução do consumo de energia e da promoção de fontes endógenas de energia.

Componente 11. Descarbonização da Indústria



C11. DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

DESCARBONIZAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL E MUDANÇA DE PARADIGMA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS, PARA ACELERAR A TRANSIÇÃO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA

REFORMAS

- Descarbonização da indústria

INVESTIMENTOS

- Descarbonização da indústria **715 M€**

715 M€

Descarbonização da Indústria (715M€)

Este investimento, liderado pelo IAPMEI, IP, destina-se a promover e apoiar financeiramente a iniciativa da indústria nacional para uma atuação pluridimensional no plano ambiental, estando estruturado para o desenvolvimento de projetos em quatro vertentes:

- Processos e tecnologias de baixo carbono na indústria, através da introdução de novos processos produtos e modelos de negócio ou da alteração de processos visando a sua descarbonização, incluindo novas tecnologias de baixo carbono; da incorporação de novas matérias primas, de combustíveis derivados de resíduos e de biomassa; do recurso a simbioses industriais e medidas de economia circular, incorporando inovação; e da substituição e/ou adaptação de equipamentos e processos para novas tecnologias sustentáveis e fontes de energia renovável. Destacam-se ainda medidas que visam a adoção de gases fluorados de reduzido potencial de aquecimento global. É também relevante aumentar a eletrificação dos consumos finais de energia, designadamente na indústria e do reforço do acesso e da qualidade de serviço, principalmente em zonas industriais;
- Adoção de medidas de eficiência energética na indústria, que permitam simultaneamente reduzir o consumo de energia e as emissões de gases com efeito de estufa, em paralelo com a adoção de sistemas de monitorização e gestão de consumos que permitam gerir e otimizar os consumos de energia aproveitando o potencial da digitalização e a automação;
- Incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia. Neste contexto, é igualmente relevante a promoção da incorporação de hidrogénio e de gases renováveis na indústria, designadamente naquelas em que as opções tecnológicas para descarbonização, nomeadamente através da eletrificação, são mais limitadas;
- O apoio à capacitação das empresas e a elaboração de instrumentos de informação e de apoio, tal como os roteiros setoriais para a neutralidade carbónica na indústria, que permitam identificar as soluções tecnológicas eficazes, específicas para a indústria nacional e eficientes em termos de custos, incorporando maior inovação e promovendo a sua disseminação, apoiando as medidas elencadas.

PRR – Financiamento às Empresas

(DE) Digitalização Empresarial


Instrumentos que facilitam e aceleram os investimentos na área digital nas empresas.

Objetivo

Esta componente, dirigida especificamente ao reforço de digitalização das empresas, tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; abranger de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas.

PRR – Empresas 4.0

Componente 16. Empresas 4.0



REFORÇAR A DIGITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS E RECUPERAR O ATRASO FACE AO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DIGITAL

REFORMAS

- Transição digital do tecido empresarial

INVESTIMENTOS

• Capacitação Digital das Empresas	100 M€
• Transição Digital das Empresas	450 M€
• Catalisação da Transição Digital das Empresas	100 M€

Capacitação Digital das Empresas (100M€)

Este investimento, cuja coordenação é da responsabilidade do IAPMEI, I.P., em estreita articulação com as entidades públicas responsáveis pelo domínio do emprego, formação profissional e das qualificações, prevê a criação de dois programas de formação interligados, com abordagens inovadoras e que visam colmatar lacunas nas competências digitais dos trabalhadores (funcionários e empresários) e das empresas:

Academia Portugal Digital

Plataforma e programa de desenvolvimento de competências digitais em larga escala que deverá permitir aos trabalhadores do setor empresarial:

- Produzir uma autoavaliação do atual nível de competências digitais, considerando o quadro português de competências digitais (QDRCD) baseado na DigComp;
- Receber um plano personalizado de capacitação em competências digitais com metas concretas, considerando níveis individuais em cada domínio, objetivos pessoais e exigências específicas do mercado de trabalho (atuais e futuras) podendo este ser articulável com as necessidades de aquisição de competências de modo mais englobante, para favorecer trajetos de conclusão de níveis de qualificação;
- Aceder a recursos de formação online que permitam adquirir novas competências e atingir os objetivos pré indicados;
- Desenvolver um passaporte pessoal que discrimine, centralize e certifique a informação das competências digitais do trabalhador (em articulação sempre que justificável com outros sistemas já existentes, nomeadamente o passaporte Qualifica);

Emprego + Digital 2025

Programa de capacitação em tecnologias digitais que visa responder aos desafios e oportunidades de diversos setores empresariais nomeadamente indústria, comércio, serviços, turismo e agricultura, economia do mar e construção, setores fortemente impactados pelos processos de transformação digital e pela pandemia da COVID-19. Este programa é uma vertente de especialização da “Academia Portugal Digital” operacionalizando a capacitação em formato de ensino presencial e misto. É dirigido a trabalhadores de empresas independentemente do nível de competências digitais que possuam, devendo contribuir para a melhoria das mesmas em alinhamento

com as necessidades específicas do setor empresarial e da área de negócio onde se inserem atualmente. À semelhança do programa Emprego + Digital lançado em 2020, esta iniciativa será desenvolvida em estreita articulação com as confederações e associações empresariais.

Prevê-se atingir 800.000 formandos com diagnósticos de competências digitais, planos de formação individual e acessos a formação online, dos quais 200.000 irão cumulativamente frequentar formações presenciais ou em regime misto.

Atendendo à relevância da economia social em Portugal, que representa 3% do VAB e 6,1% do emprego renumerado, as iniciativas de capacitação integradas neste investimento serão estendidas aos trabalhadores das entidades que compõe este setor.

Transição Digital das Empresas (450M€)

Este investimento, cuja coordenação também está a cargo do IAPMEI, I.P. em estreita articulação com diversas entidades públicas e associativas, contribuirá para a transformação dos modelos de negócio das PME portuguesas e para a sua digitalização, visando uma maior competitividade e resiliência. Integra a promoção da digitalização dos negócios por via da aceleração e automação de tomadas de decisão e de execução com base em inteligência artificial, do redesenho de cadeias de valor e de fornecimento, otimizando rapidez e resiliência e da utilização de espaços de dados transsetoriais, suportada em infraestruturas europeias de cloud e edge computing, inovadoras, seguras e energeticamente eficientes, proporcionando às empresas um reposicionamento dos seus negócios num ecossistema digitalmente avançado.

Engloba os programas Rede Nacional de Test Beds, Comércio Digital (Coaching 4.0) e Empreendedorismo.

Os quatro programas que convergem para este objetivo endereçando as várias vertentes da transição digital são:

Rede Nacional de Test Beds

Criação de uma rede nacional de test beds através de infraestruturas que visam criar as condições necessárias às empresas para o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços, e para acelerar o processo de transição digital, seja via um espaço físico ou de simulador virtual;

Comércio Digital

Programa para a digitalização de PME, com foco em micro-PME da área do comércio, com vista a ativar os seus canais de comércio digitais, incorporar tecnologia nos modelos de negócio, bem como desmaterializar os processos com clientes, e fornecedores e logística por via da utilização das tecnologias de informação e comunicação e apoiar a internacionalização. Integra 3 projetos – “Aceleradoras de Comércio Digital”, “Bairros Comerciais Digitais” e “Internacionalização via E-commerce”;

Apoio a Modelos de Negócio para a Transição Digital (Coaching 4.0)

Enquadrado no programa nacional para a Indústria 4.0 esta iniciativa visa fomentar a integração de tecnologia nas empresas, apoiando o desenvolvimento de processos e competências organizacionais que fomentem a transformação digital do modelo de negócio das organizações;

Empreendedorismo

Investimentos que materializam o reforço na aposta estratégica de desenvolvimento do ecossistema empreendedor, que passa por apoiar diretamente startupsstart-ups, por norma em fase de “seeding” visando o desenvolvimento de novos produtos e serviços com forte componente digital e verde, pela consolidação da estrutura existente de apoio ao empreendedorismo (Startup Portugal) e também pelo apoio ao desenvolvimento de incubadoras e aceleradoras. Integra 3 projetos: “Voucher para Startups - Novos Produtos Verdes e Digitais”, “Reforço da Estrutura nacional para o empreendedorismo” e “Vale para Incubadoras/ Aceleradoras”.

Entre outros objetivos, prevê-se **apoiar mais de 50.000 PME**, constituir 50 bairros de comércio digital, **10 aceleradoras digitais**, apoiar a criação de **30 Test-Beds** e atingir **4.000 empresas com formação teórica e consultoria** focada na Indústria 4.0 e emitir **vouchers para 3.000 startups**.

Catalisação da Transição Digital das Empresas (100M€)

Este investimento, também a coordenar pelo IAPMEI, I.P. em articulação com outras entidades, é efetuado através de projetos públicos de catalisação tecnológica, que visam reduzir a utilização de papel através da desmaterialização da faturação, criar um ambiente de negócios digital mais seguro e confiável, através de um conjunto de certificações, e reduzir de modo geral os custos de contexto. Fomentará ainda o desenvolvimento de estruturas de transferência de conhecimento onde se pretende estimular o desenvolvimento de mais produtos e serviços tecnológicos bem como suportar o desenvolvimento de competências.

Encontra-se estruturado através dos 3 programas seguintes:

Digital Innovation Hubs

Os DIH são estruturas que visam a centralização de um conjunto de serviços de apoio à transição digital das empresas, em condições mais acessíveis, focando este processo em 3 tecnologias disruptivas: IA, HPC e Cibersegurança. O presente programa que tem por objetivo ampliar desenvolver uma rede nacional de DIH, reforçando o investimento previsto complementando aquela que já se encontra em desenvolvimento no âmbito do Digital Europe Programme (DEP) por forma a atingir um total de com 126 hubs, adicionais, permitindo assim aumentar cobrir um número mais abrangente de clusters e de regiões e abrangidos pelo programa e estimulando fortemente a colaboração e a inovação de base tecnológica;

Desmaterialização da Faturação

Iniciativa que visa automatizar o processo de aposição de assinatura eletrónica qualificada para a emissão de faturas através do Serviço de Assinatura de Faturas Eletrónicas (SAFE) da AMA, bem como massificar a utilização o envio de faturas em formato digital faturação eletrónica nas transações B2B e B2C. Através do disponibilizando uma solução com recurso à Morada Única Digital, que possibilitará ser possível o envio por email das faturas para o contribuinte (cidadão ou empresa);

Notas Finais

As empresas têm que fazer a gestão do seu processo de financiamento tendo em atenção o seu ciclo de atividade operacional e de investimentos previstos. Tendo em atenção as múltiplas dimensões de financiamento hoje previstas – como devidamente referenciado neste **Manual de Modelos e Instrumentos Financeiros** – a gestão empresarial terá cada vez mais que saber proceder a uma avaliação adequada das necessidades que se colocam em cada momento e a ponderação dos fatores custo e rentabilidade associados às opções que foram selecionadas. A gestão do financiamento tem que ser encarada como um dos elementos centrais numa boa gestão da cadeia de valor da empresa.

O financiamento tem que ser encarado como um elemento adicional em termos de gestão da cadeia de valor empresarial, criando as necessárias condições de conforto e segurança à empresa em termos das suas expectativas de rentabilidade e crescimento. Conforme pudemos demonstrar os diferentes pontos deste Manual, uma boa gestão do financiamento será um passo importante para ajudar a reforçar o grau de credibilidade da empresa junto dos seus diferentes parceiros, com particular destaque para a cada vez mais exigente e complexa gestão das expectativas de mercados e clientes.



